

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL MINERAL – CT-MINERAL

Data: 14 de março de 2005

Horário: das 10:00h às 13:00h

Local: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPq

1 – PRESENTES

1.1– Membros do Comitê Gestor

Francelino Lamy de Miranda Grando - Presidente do Comitê e Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Michel Chebel Labaki – Representante da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Giles Carriconde Azevedo – Representante do Ministério de Minas e Energia (MME)
Miguel Antônio Cedraz Nery – Representante do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) – Órgão Regulador
Umberto Giuseppe Cordani – Representante da Comunidade Científica

1.2 – Equipe técnica e convidados

Carlos Nogueira da Costa Junior – MME/SGM
Eliana da S. Soares de Lara - MCT/SETEF
Elzivir Azevedo Guerra – MCT/SEITEC
Jacob Teubl - FINEP
José Donizetti Freire – CNPq/DPH/COCQG
Diocles Paes Leme - CNPq
Marcelo Ribeiro Tunes - IBRAM

1.3 – Ausências

Manoel Barral Netto – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
José Mendo Mizaél de Souza – Setor Empresarial

2– PAUTA DA REUNIÃO

1 – Abertura
2 – Ações Transversais de 2005
3 – Ações Verticais de 2005
4 – Outros assuntos.

3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1 – Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Dr. Francelino Grando procedeu a abertura da reunião agradecendo a presença de todos e esclareceu que foi necessário convocar uma reunião extraordinária em função de uma saudável provocação do Conselheiro Dr. Giles Carriconde, que observando com maior detalhe, e conhecendo melhor a metodologia para a Ação Transversal, constatou que houve um equívoco na seleção da ação da Parceria com os Estado para apoio a projetos Estruturantes dos Sistemas Estaduais de C&T&I como o locus adequado para o investimento que visava a apoiar três determinados APL's do nosso conhecimento. Pois, conhecendo melhor essa Ação Transversal, percebeu-se que ela visa a uma estruturação do sistema de C&T&I, portanto com os órgãos de fomento, as fundações de amparo, laboratórios de referência, instituições de ciência e tecnologia e isso então não permitiria que houvesse a necessária correspondência entre o objetivo do Fundo, o objetivo da decisão desse Comitê e os objetivos dessa Ação Transversal. Então vimos que dada ao principal compromisso do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é efetivamente atender as deliberações do Comitê Gestor da cada Fundo Setorial, então ele achou indispensável uma nova reunião para rever essa decisão. Diante disso, solicitou ao Dr. Giles Carriconde, que relatasse sobre o contato que foi feito entre ele e a Secretaria Técnica dos Fundos Setoriais, na pessoa do Dr. Aldo Pinheiro.

Dr. Giles Carriconde explicou que associado com a política setorial e dentro de uma articulação que vem sendo feito pelo Ministério de Minas e Energia/MME e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/MDIC foram levantadas algumas sugestões de arranjo produtivos para realização dos projetos, como era o caso do calcário e cal do Paraná, de argilas de Russas, no Ceará, e mais dois ou três arranjos que estavam para ser definidos em função da política setorial. Entretanto, quando ele fez contato com a Secretaria Técnica dos Fundos/SETEF, percebeu que havia um entendimento distinto. Porque essas Ações de Arranjos Produtivos – APL's, dentro da **Ação Parceria com os Estados para Apoio a Projetos Estruturantes dos Sistemas Estaduais de C&T&I**, seriam selecionados através de Edital e seriam feitos com os Estados, desta forma a questão da política setorial e daqueles arranjos que se tem conhecimento a nível nacional, não seriam contemplados. Disse ainda, que o documento das propostas das Ações Transversais foi entregue na reunião do dia 20 de janeiro 2005 e que inclusive o tema em função das ações que tinham sido enquadradas as Ações Transversais foi lido, mas que naquele momento tanto ele como os demais conselheiros não tiveram a percepção que não era viável. Essa definição e a forma de Encomenda, não poderia ocorrer tendo em vista estar enquadrada numa ação que não corresponde com os Arranjos Produtivos. Falou ainda que a distribuição dos recursos para as Ações Transversais já veio definida para a reunião do dia 20 de janeiro pelo Comitê de Coordenação e o Comitê Gestor fez uma associação direta sem perceber os desdobramentos. Diante disso, solicitou essa reunião, para juntos encontrarem uma solução, de modo que a política setorial para a pequena produção mineral pudesse ser contemplada dentro dos recursos do CT-Mineral. O Presidente Francelino Grando, agradeceu ao Dr. Giles Carriconde pelo esclarecimento de como ocorreu uma indução a erro e que esse erro, segundo ele, é de responsabilidade do Presidente do Comitê, a quem compete o papel de evitar que os Membros do Comitê Gestor, que não têm nenhuma necessidade de conhecer com profundidade a metodologia interna do MCT. Depois disso, convidou a todos a ver de que maneira conseguiriam compor, cumprindo em primeiro lugar a decisão do Comitê Gestor, que é de apoiar um esforço político institucional coordenado pelo MCT, de apontar aos grandes objetivos nacionais, denominados então por Ações Transversais, o mínimo de 50% dos recursos disponíveis e de também organizar, naqueles outros 50%, as Ações Verticais com interesses específicos e objetivos sob a responsabilidade desse Comitê. Foram distribuídas duas planilhas, uma contendo as decisões do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral na 13^a Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de janeiro de 2005, em Brasília, DF (vide anexo I), e uma outra, preparada pelo Dr. Elzvir Guerra, contendo sugestão de 3 itens para a **Ação 2.3 Apoio às Inovações nas Empresas, - 2.3.1 Cooperação Empresas – ICT's, b) Empresas Inseridas em APL's através de interação e projetos cooperativos com ICT's - Inovação para sustentabilidade da mineração** (vide anexo II) – Estudos Científicos Tecnológico para recuperação do impacto ambiental da bacia carbonífera de Santa Catarina; Desenvolvimento de Tecnologias para aproveitamento de rejeitos e efluentes e Estudos da Sustentabilidade da mineração no Estado do Pará. Entretanto, segundo o Presidente do Comitê Gestor explicou, esta sugestão não é exequível, por não ser possível estabelecer esses três focos que são desejo desse Comitê num Edital de uma Ação Transversal cujo objetivo é cooperação – empresas ICT's. A proposta seria viável se não fosse a especificação desses 3 itens. Consultou então aos Membros do Comitê se seria válido manter 1 milhão de reais no edital Geral que tem como caput **Apoio à Inovações nas Empresas e o Detalhamento Cooperação Empresa – ICT's – Empresas Inseridas em APL's de Base Mineral**. Sendo o que seria possível estar contido no Edital, dessa forma, abrindo um horizonte muito mais amplo que os 3 itens

sugeridos. Dr. Giles Carriconde contribuiu dizendo que quando o Dr. Francelino Grando sugeriu que dentro da Ação 2 fosse retirado os 3 subitens deixando o tema genérico - Apoio Inovação de empresas dentro de APL's, está mostrando aí duas questões, uma da transversalidade e verticalidade, e uma outra de Edital e Encomenda, mas de acordo com as conversas entre ele e o Dr. Aldo Pinheiro, o Edital não atende o projeto que ficou definido dentro da política setorial. É um Edital Geral sem a participação dos Comitês Gestores onde correria o risco dos APL's, que estão definidos dentro da política setorial, não serem contemplados. O Dr. Umberto Cordani disse que está sendo colocado 1 milhão nesta Ação 2, justamente para atender os 50% estabelecidos para as ações Transversais. Na sua opinião, esse 1 milhão já supera o que foi dedicado para essas Ações. Ele questionou se é possível colocar mais recursos nas Ações Transversais para atingir os 50% e, também, o motivo porque houve recusa por parte do Comitê de Coordenação com relação aos oferecimentos que aparentemente cabiam dentro das Transversais, se referindo especificamente às ações: Capacitação Laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios; Estudos Cronológicos, Geodinâmicos e Ambientais; Formação e Fixação de Doutores na Amazônia. O Presidente Dr. Francelino Grando perguntou aos técnicos como se passou essa descaracterização das Ações Transversais por parte do Comitê de Coordenação. O Dr. Miguel Nery questionou o que foi especificamente adotada como critérios pelo Comitê de Coordenação para enquadrar uma ação como Ação Transversal. O Presidente Francelino Grando sugeriu que se fosse o caso, essa pergunta deveria ser feita por escrito, porque ele não se sentia capaz de responder naquele momento. Dr. Umberto Cordani salientou que a informação dada era algo muito genérico e "não vejo nenhuma razão para simplesmente não aceitar as ações propostas pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral como ações transversais, pois os motivos não foram expostos. Essa é uma coisa genérica, se nós somos obrigados, se nós temos essa camisa de força dos 50% e nós temos a possibilidade de oferecer dentro desses 50% aquilo que a gente acha viável dentro do que eles dizem, então como é que nós ficamos? É uma espécie de retirada do nosso poder de decisão sobre os recursos. Não é interessante. O que eu verifico aqui é a disparidade entre o que nós resolvemos em dezembro e janeiro. Janeiro foi uma ratificação de dezembro e o que está sendo colocado agora é que existe uma perda de alguma das ações e uma colocação de outras por causa dos 50%. Esse é o meu problema, eu realmente não entendo, se nós achamos uma solução que nós chegamos em janeiro sendo a mais adequada e nós estamos obrigados a modificá-la digamos, por artificialismos, eu não aceito, não é correto".

O Presidente Dr. Francelino Grando disse perceber que o desejo do Comitê Gestor era de atender os 3 focos: Ação dos Estudos Científicos Tecnológicos para Recuperação de Impacto Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina; o Desenvolvimento de Tecnologia para Aproveitamento de Rejeitos e Efluentes e Estudos da sustentabilidade da mineração no Estado do Pará. Todavia, para eles serem atendidos tem que ser mediante Encomenda ou Edital dentro de uma Ação Vertical .

Dr. Umberto Cordani fazendo uma recapitulação nos destinos dos recursos disse que a ação Capacitação Laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios e Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais tinha sido oferecida como ação transversal. O Presidente Dr. Francelino Grando perguntou a Eliana Lara, representante da Secretaria Técnica dos Fundos Setoriais, se esta ação guardava alguma pertinência com algumas das ações transversais definidas pelo Comitê de Coordenação. Eliana Lara respondeu que naquele momento não seria mais possível qualquer alteração dentro das ações transversais, uma vez que os outros Fundos já tinham fechado as ações e os Termos de Referência já estavam prontos, disse ainda que a alteração possível era a transferência dos recursos da Ação **Parceria com os Estados para Apoio a Projetos Estruturantes dos Sistemas Estaduais de C&T&I** para a ação **Apoio à Inovação nas Empresas – Cooperação Empresas – ICT's**, no intuito de atender os APLs. Dr. Carlos Nogueira esclareceu que na reunião do dia 20 de janeiro 2005, o Comitê de Coordenação distribuiu as Resoluções das Ações Transversais para 2005, como essa distribuição ocorreu na hora da reunião, não foi possível ler e analisar o que estava escrito, levando com isso a aprovação do valor de 1 milhão de reais para a ação parceria com os estados. Após a reunião, analisando o documento mais detalhadamente, percebeu-se que tinha a ação Apoio as Inovações nas Empresa, item 2.3.1 Cooperação Empresa – ICT's, onde no item C dessa Ação – está escrito, empresas inseridas em APL's, tema priorizado pela PITCE, através de interação e projetos cooperativos com ICT's. Quer dizer, é exatamente o que vem sendo feito com os APL's. Todos os APL's que estão na carteira do CT-Mineral são feitos com Instituição de Pesquisa, Universidades, Centros de Pesquisa, Escolas Técnicas ou quando não tem Empresas de APL's, com as Cooperativas ou Associações, que representam o setor empresarial. É isso que está sendo colocado pela Eliana, com isso, a Ação continuaria sendo Transversal e continuaria sendo um Edital, o que não contemplaria as ações de apoios aos APL's, que vêm sendo desenvolvidas com os Estados. Dr. Umberto Cordani manifestou-se dizendo que isso não é interessante, que não adiantaria fazer algo que não atende ao CT-Mineral mesmo que isso implicasse em diminuir os recursos destinados as ações transversais. Dr. Carlos Nogueira disse que a única alternativa possível seria permanecer com a deliberação da reunião do dia 20 de janeiro 2005, deixando os APL's como Encomenda dentro da Ação Vertical e encaminhar uma carta ao Comitê de Coordenação informando que o Fundo Setorial Mineral não tem Ações Transversais suficientes para

contemplar os 50%, proposto pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, e que devido ao volume de recursos ser pequeno, que se aceite a contribuição do CT-Mineral de 30 ou 40% às Ações Transversais do Ministério. Os Membros do Comitê Gestor concordaram com a sugestão e o Presidente, Dr. Francelino Grando também concordando com a sugestão, ditou o seguinte texto: “Dada a informação da representante da Secretaria Técnica de que o conjunto das Ações Transversais é neste momento intocável, o que portanto nos impede de acrescentar, já que o conjunto é intocável, a dedução lógica é que o conjunto de aportes desse Comitê Gestor às Ações Transversais será menor que 50%, não obstante a vontade manifesta desse Comitê em dezembro e janeiro nas reuniões ordinárias e nesta reunião extraordinária de contribuir com o mínimo de 50%, como já o fizera, mas, defronte à afirmação da representante da Secretaria Técnica de que o conjunto das Ações Transversais é intocável, não se pode acrescentar mais. Considero ainda, não ser esclarecido para esse Comitê, as razões supostamente técnicas que glosaram a decisão desse Comitê, que conferia às Ações Transversais, especificamente para esclarecimento, a Formação e fixação de Doutores na Amazônia, além de Pesquisas Geocientíficas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, bem como a Capacitação Laboratorial da Rede Geochronos, não sendo consideradas nenhuma dessas contribuições como contribuições às Ações Transversais, por razões que não são da compreensão desse Comitê”.

DELIBERAÇÕES

Após toda discussão sobre os recursos do Fundo Setorial Mineral e releitura de cada uma das ações ficou definido o Plano Anual de Investimentos do Fundo Setorial Mineral para 2005, as repercussões financeiras das ações nos anos seguintes, a classificação da ação em transversal ou vertical e a indicação de representante do Comitê Gestor responsável pela interlocução na implementação da ação em parceria com os técnicos do MCT, CNPq e FINEP. As deliberações desse Comitê Gestor em sua Reunião Extraordinária (vide anexo III) são descritas resumidamente a seguir.

AÇÕES TRANSVERSAIS

A) Fomento à Pesquisa Científica ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do Setor Mineral

Ação 1: Ampliação do Edital Universal especificamente nas áreas do Fundo Setorial Mineral – Geologia e Engenharia de Minas – valor 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) – Edital CNPq .

B) Apoio à Rede Brasil de Tecnologia na área mineral

Ação 1: Desenvolvimento de equipamento para tratamento de recursos hídricos impactados por áreas mineradoras na Bacia Carbonífera de Santa Catarina – valor R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)– Encomenda FINEP. Foi indicado o Dr. Elzivir Azevedo Guerra para ser interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

Ação 2: Estudo de oferta e demanda de minerais industriais para substituições de importações – valor R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) – Encomenda FINEP . Foi indicado o Dr. Elzivir Azevedo Guerra para ser interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

AÇÕES VERTICAIS

A) Fomento à Pesquisa Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do setor mineral

Ação 2: Inovação para a sustentabilidade da mineração

Edital da FINEP no valor total de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais) para o ano de 2005, sem repercussões financeiras para os anos seguintes, será o instrumento de chamada de propostas de projetos dessa ação. Essa ação englobará as três linhas temáticas a seguir:

a) Estudos Científicos Tecnológicos para recuperação de impacto ambiental da bacia carbonífera de Santa Catarina – no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, indicado pelo Comitê Gestor como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

b) Desenvolvimento de Tecnologias para aproveitamento de rejeitos e efluentes – Edital FINEP no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais – sendo Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, indicado pelo Comitê Gestor como interlocutor na elaboração e formatação do Edital

c) Estudos da Sustentabilidade da Mineração no Estado do Pará – no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ficando o Dr. José Mendo Mizaél de Souza como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 3: Projetos cooperativos: Instituições científicas e tecnológicas e micros, pequenas e médias empresas de base mineral organizados em APLs (3 APLs) – Encomenda FINEP/CNPq no valor total de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), sendo R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para serem investidos em 2005 e R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em 2006. Foi indicado pelo Comitê Gestor o Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior como interlocutor na elaboração e formatação da encomenda

Ação 4: Capacitação Laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios e Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais – Edital FINEP/CNPq no valor total de 1.950.000,00 (hum milhão novecentos e cinquenta mil reais), sendo alocados R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) em 2005, com repercussão de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para os anos de 2006, 2007 e 2008. O Dr. Giles Carriconde Azevedo foi indicado pelo Comitê Gestor como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 5: Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Exploração Geológica da Região da Amazônia Brasileira – Edital CNPq no valor total de R\$ 641.000,00 (seiscentos e quarenta e um mil reais), sendo alocados R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em 2005, R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) em 2006 e R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) no ano de 2007. O Dr. Umberto Cordani foi indicado pelo Comitê Gestor como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

C) Formação de Recursos Humanos em P&D do setor mineral

Ação 1: Formação e Fixação de Doutores em Exploração Geológica e Tecnologia Mineral na Região da Amazônia Brasileira. – Edital CNPq no valor total de R\$ 2.220.000,00 (dois milhões e duzentos e vinte mil reais), com alocação de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) em 2005 e repercussões de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para 2006; R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) para 2007; R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) em 2008 e R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) em 2009., sendo o Dr. Umberto Cordani indicado pelo Comitê Gestor como o interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 2: Capacitação, Treinamento e Qualificação de Recursos Humanos para a Rede de Estudos Geodinâmicos e Ambientais - Encomenda FINEP/CNPq no valor total de R\$ 1.590.000,00 (hum milhão, quinhentos e noventa mil reais), sendo investidos R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em 2005 (Esse valor é referente à repercussão dessa ação do Plano Anual de Investimento de 2004 no Orçamento de 2005 e já está contabilizado no total comprometido para ações anteriores a 2005) e havendo repercussões financeiras de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) anuais em 2006 e 2007 e de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) em 2008. Foi indicado o Dr. Giles Carriconde Azevedo para ficar como interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

C) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral

Ação 1: Eventos técnico-científicos do setor mineral – contratação direta FINEP/CNPq, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), sendo o Dr. Francelino Grando indicado pelo Comitê Gestor como interlocutor na elaboração e formatação da contratação.

Ação 2: Estudos Prospectivos de Tecnologias e Inovação para o Setor Mineral – Encomenda FINEP no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sendo o Dr. José Mendo Mizaél de Souza indicado pelo Comitê Gestor como o interlocutor na elaboração e formatação da contratação.

4 – OUTROS ASSUNTOS

O Presidente, Dr. Francelino Grando informou que o valor R\$ 493.342,22 (quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos) conforme anunciado na reunião do dia 20 de janeiro 2005 como recursos retirados do Fundo Setorial Mineral e repassados para a ação Transversal RNP (Rede Nacional de Pesquisas) retornaram à disposição da execução orçamentária do Fundo Setorial Mineral, conforme informação oficial da Secretaria Técnica dos Fundos Setoriais e que de acordo com a Secretaria esse valor foi utilizado de uma maneira contábil, sem que efetivamente tenham sido retirados em definitivo desse Fundo Setorial. Após essa colocação o Presidente Dr. Francelino Grando franqueou à palavra aos Membros do Comitê Gestor. Dr. Giles Carriconde fez uso da palavra comentando que existem duas ações que envolvem a Rede Geochronos e que o espírito dessa rede é de exatamente de trabalhar em cadeia de cooperação e colaboração, priorizando as políticas públicas. Informou ainda que foi assinado um protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério de Minas e Energia, Petrobras e Universidades e embora ele não queira interferir na política das agências, gostaria de fazer um ofício ao Presidente do Comitê Gestor, já que os recursos são do Fundo Setorial Mineral, solicitando ao mesmo que seja feito um encaminhamento por parte do Presidente às Agências, dando conhecimento da existência da Rede, do nome do Coordenador, do Protocolo que foi assinado e que dentro desse protocolo existe uma pessoa responsável pela política de capacitação da rede como um todo, um interlocutor para conversar com as agências naquilo que for pertinente.

Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, também fez uso da palavra para alertar sobre a pauta da próxima reunião, lembrando de dois pontos importantes: 1) A questão da inserção da avaliação da aplicação dos recursos e, 2) Organização do seminário de avaliação dos Fundos setoriais.

Dr. Diocles Paes Leme, técnico do CNPq, levantou uma questão operacional com relação à implementação de bolsas. Segundo ele, quando aprovado o projeto, o coordenador do projeto recebe um montante de bolsas de determinada modalidade, acontece que durante o período de vigência das bolsas muitas vezes é necessário mudar a modalidade. A dificuldade do CNPq é não saber até onde vai a sua competência no momento de alterar a modalidade da bolsa. O Presidente, Dr. Francelino Grando disse que essa questão operacional é de competência exclusiva de ambas as agências, ao Comitê Gestor só cabe aprovar o valor das bolsas.

5 – ENCERRAMENTO

Esgotada a pauta, o Presidente mais uma vez agradeceu a presença a todos e despediu-se, lembrando que a próxima reunião do Comitê Gestor está marcada para o dia 13 de abril a partir das 10:00 horas

5 – ASSINATURAS

Francelino Lamy de Miranda Grando
Presidente do Comitê e Representante do MCT

Giles Carriconde Azevedo
Representante do MME

Manoel Barral Neto
Representante do CNPq

Michel Chebel Labaki Júnior
Representante da FINEP

Miguel Antônio Cedraz Nery
Representante do DNPM

José Mendo Mizaél de Souza
Representante do Setor Empresarial

Umberto Giuseppe Cordani
Representante da Comunidade Científica

Anexo I: Decisões do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral na 13^a Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de janeiro de 2005, em Brasília, DF



Ministério da
Ciência e Tecnologia



Anexo II; Planilha com sugestão de 3 itens para a Ação 2.3 Apoio às Inovações nas Empresas, - 2.3.1 Cooperação Empresas – ICT's, b) Empresas Inseridas em APL's através de interação e projetos cooperativos com ICT's - Inovação para sustentabilidade da mineração.



Ministério da
Ciência e Tecnologia



Anexo III: Deliberações do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral em sua 1ª Reunião Extraordinária, de 14 de março de 2005.



Ministério da
Ciência e Tecnologia

